

De acordo com o comando de cada uma das questões de 41 a 80, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

## PROVA 1 – OBJETIVA – 2.ª PARTE

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### QUESTÃO 41

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários (Lei n.º 6.385/1976) dispõe que nenhuma emissão pública de valores mobiliários será distribuída no mercado sem o prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Mediante a colocação junto ao público investidor dos valores mobiliários registrados na CVM, as empresas podem captar recursos necessários à execução de projetos, reorganização de atividades, adequação de passivo, entre outras, enquanto os fundos de investimento imobiliário recorrem à poupança pública para atingir os objetivos previstos em seu regulamento. Acerca desse tema, julgue os itens abaixo.

- 1 O registro de emissão e distribuição de valores mobiliários é um procedimento que fornece aos investidores dados sobre os valores mobiliários a serem oferecidos, entre os quais se destacam suas características, volumes, preços, forma e locais de colocação, comissões de intermediação e agentes de colocação. Tais informações, em conjunto com aquelas da operação em si e do emissor dos títulos, são consideradas suficientes para que o investidor possa tomar uma decisão consciente.
- 2 O prospecto contendo o resumo da documentação enviada à CVM é o documento de informação necessário ao investidor para tomar sua decisão quanto ao empreendimento. A responsabilidade pela disseminação do prospecto cabe à CVM e, opcionalmente, ao emissor.
- 3 Para atingir certo grau de eficiência de mercado, mesmo antes da aprovação do registro, poderão ser feitas as confirmações de ordens de compra. Durante o período de espera, serão válidas, também, solicitações de reserva de títulos para compra.
- 4 Estão abrangidos pelo registro prévio da CVM os seguintes valores mobiliários: ações; debêntures; notas promissórias; bônus de subscrição; opções de compra e venda de valores mobiliários; certificados de depósito de valores mobiliários; contratos de investimento coletivo; certificados de recebíveis imobiliários; certificados a termo de energia elétrica; certificados de investimento audiovisual e quotas de fundo de investimento imobiliário.
- 5 O registro de distribuições secundárias se destina a distribuições de valores mobiliários já emitidos, que não se encontram em circulação no mercado, tais como a revenda de títulos detidos por acionista controlador ou grande acionista, grande bloco de títulos, ou operações em que se caracterize um esforço de vendas. De um modo geral, a sistemática de disseminação das informações prestadas por ocasião do registro de distribuição secundária deve ser simples, consistindo em um edital publicado em jornal de grande circulação.

#### QUESTÃO 42

O exercício da atividade de auditoria independente é uma prerrogativa profissional dos contadores legalmente habilitados por registro em conselho regional de contabilidade. Isso significa que o registro de auditor independente na CVM não constitui uma nova categoria profissional. Os auditores independentes registrados na CVM, além de se subordinarem às normas emanadas dessa comissão, estão subordinados à lei de regência da profissão contábil — Decreto-Lei n.º 9.295/1946 —, à regulamentação do exercício da atividade profissional pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e à orientação técnica do Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON). Quanto à relação dos auditores independentes com a CVM, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Os auditores independentes — pessoas físicas — poderão ter o registro na CVM suspenso ou cancelado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, nos casos em que forem, por sentença judicial transitada em julgado, impedidos de exercer cargo público ou declarados incapazes de exercerem os seus direitos civis.
- 2 Os auditores independentes deverão, a cada quatro anos, submeter-se à revisão do seu controle de qualidade, segundo as diretrizes do CFC e do IBRACON, a qual será realizada por outro auditor independente, também registrado na CVM, cuja escolha deverá ser comunicada previamente a essa autarquia.
- 3 A responsabilidade dos administradores das entidades auditadas pelas informações contidas nas demonstrações contábeis, ou nas declarações fornecidas, elide a responsabilidade do auditor independente no tocante ao seu relatório de revisão especial de demonstrações trimestrais ou ao seu parecer de auditoria, mas não o desobriga da adoção dos procedimentos de auditoria requeridos nas circunstâncias.
- 4 É permitido ao auditor independente e às pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas, conforme definido nas normas de independência do CFC em relação às entidades cujo serviço de auditoria contábil esteja a seu cargo, prestar serviços de consultoria que envolvam assessoramento à reestruturação organizacional.
- 5 Ao registrar-se na CVM, o auditor independente assume obrigações perante esta e o mercado de um modo geral, devendo, portanto, manter atualizadas suas informações cadastrais, eventual e anualmente, sob pena de multa cominatória e outras sanções administrativas.

**QUESTÃO 43**

A operação de loterias e concursos de prognósticos, no governo federal, é realizada pela Caixa Econômica Federal (CAIXA). A respeito da administração dessa atividade, julgue os itens seguintes.

- ❶ Para abrir uma unidade lotérica e comercializar todas as loterias federais, é necessário obter autorização formal da CAIXA, concedida mediante processo de licitação, com base em critérios preestabelecidos no edital.
- ❷ A relação comercial entre a CAIXA e o empresário lotérico, regulamentada por normativo da CAIXA, tem como fundamento o regime de permissão. A revogação compulsória de uma das permissões determina o encerramento das atividades de todas as demais permissões pertencentes ao mesmo permissionário.
- ❸ Não é permitido ao empresário lotérico já estabelecido transferir o seu negócio.
- ❹ Para participar do processo licitatório para casa lotérica, o candidato deverá ter concluído, no mínimo, a terceira série do ensino médio.
- ❺ O empresário lotérico deve contratar apólice de seguro para garantia dos valores arrecadados com a venda de produtos e a prestação de serviços. O seguro poderá ser substituído por depósito sob caução na CAIXA.

**QUESTÃO 44**

O jogo de bingo, em que se sorteiam ao acaso números de 1 a 90, mediante sucessivas extrações, até que um ou mais concorrentes atinjam o objetivo previamente determinado, pode ser realizado nas modalidades permanente e eventual. No Brasil, existe legislação que permite a exploração econômica dessa atividade. Com relação a esse assunto, julgue os itens subsequentes.

- ❶ A exploração de jogos de bingo, serviço público de competência da União, dos estados e do Distrito Federal, será executada, direta ou indiretamente, pela CAIXA ou por instituições financeiras estaduais.
- ❷ A autorização para explorar jogos de bingo abrangerá um único sorteio, em se tratando de bingo eventual, e, no caso de bingo permanente, um período máximo de doze meses.
- ❸ A entidade desportiva autorizada e a sociedade comercial contratada para administrar o sorteio deverão manter à disposição da CAIXA, durante cinco anos, toda a documentação relativa à prestação de contas, com os nomes dos respectivos ganhadores, endereço completo e CPF, assim como o original dos recibos de entrega dos prêmios, qualquer que seja sua natureza ou espécie.
- ❹ A CAIXA, ao tomar conhecimento de jogo de bingo funcionando em desacordo com a legislação, comunicará, de imediato, o fato ao Banco Central do Brasil (BACEN).
- ❺ A fiscalização dos jogos de bingo, a ser realizada pela CAIXA, em âmbito nacional, será efetuada sob a forma de inspeção, auditoria operacional, auditoria de sistemas, auditoria de gestão e auditorias contábeis e financeiras, abrangendo, em especial, o exame de documentos, locais, estabelecimentos e dependências relacionados com a exploração das atividades de jogos de bingo, a verificação da operacionalidade das máquinas e equipamentos utilizados nos processos de sorteios e a regulamentação dos processos e procedimentos inerentes ao poder de fiscalização.

**QUESTÃO 45**

A Lei n.º 9.932/1999, que dispõe acerca da transferência de atribuições da IRB-Brasil Resseguros S.A. para a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), entre outras providências, teve sua eficácia suspensa, em julgamento liminar ocorrido em 13/7/2000 em ação direta de inconstitucionalidade que aguarda decisão de mérito. Ao suspender a eficácia da referida lei, restou suspensa também a eficácia de vários normativos que regulam o mercado de resseguros, entre os quais a

- ❶ Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe quanto à aplicação de recursos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização, das entidades abertas de previdência privada e dos resseguradores locais em créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e em títulos públicos de emissão de estados e municípios que tenham sido objeto de refinanciamento pelo Tesouro Nacional.
- ❷ Circular SUSEP que regulamenta os atos societários, as atribuições do diretor de relações com a SUSEP e a periodicidade das reavaliações dos imóveis das sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência privada e resseguradoras locais e filiais, representações e inspetorias de produção das sociedades seguradoras.
- ❸ Circular SUSEP que dispõe acerca das agências classificadoras e classificações mínimas para resseguradores admitidos e eventuais.
- ❹ Resolução CNSP que dispõe sobre a contratação de seguro e resseguro em moeda estrangeira e sobre a contratação de seguro no exterior.
- ❺ Resolução CNSP que dispõe quanto às normas contábeis das sociedades seguradoras, resseguradores locais, sociedades de capitalização e entidades de previdência privada e dá outras providências.

**QUESTÃO 46**

A Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000, tem por escopo estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a qual pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Nesse intento, avança na separação de atribuições que competem ao Tesouro Nacional e ao BACEN. Dentro do escopo da Lei de Responsabilidade Fiscal concernente ao BACEN, julgue os itens abaixo.

- ❶ O BACEN só poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira, à taxa média e nas condições alcançadas no dia, em leilão público.
- ❷ É vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do BACEN, ainda que com cláusula de reversão, salvo para reduzir a dívida mobiliária.
- ❸ O BACEN está, desde maio do corrente ano, proibido de emitir títulos da dívida pública.
- ❹ O BACEN poderá realizar permuta, desde que temporária, por intermédio de instituição financeira ou não, de título da dívida de ente da federação por título da dívida pública federal, bem como a operação de compra e venda, a termo, daquele título, cujo efeito final seja semelhante à permuta.
- ❺ O BACEN manterá sistema de acompanhamento das operações de crédito por antecipação de receitas realizadas por estados ou municípios e controle do saldo do crédito aberto e, no caso de inobservância dos limites, aplicará as sanções cabíveis à instituição credora.

**QUESTÃO 47**

O BACEN considera como dívida líquida do setor público o valor correspondente ao saldo líquido do endividamento do setor público não-financeiro e do BACEN com o sistema financeiro público e privado, o setor privado não-financeiro e o resto do mundo. Entende-se por saldo líquido o balanceamento entre as dívidas e os créditos do setor público não-financeiro e do BACEN. No que se refere às características apresentadas pela dívida líquida do setor público brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Superou 50% do PIB no período de 1991 a 1993.
- ❷ A dívida das estatais superou a do governo central entre 1990 e 1993.
- ❸ O crescimento da dívida externa não guarda qualquer relação com as máximas valorizações ocorridas nos anos de 1983 e 1991.
- ❹ A redução da dívida externa líquida nos anos de 1992 e 1993 está associada ao processo de acumulação de reservas, iniciado em 1992.
- ❺ A partir de 1986, a redução da dívida líquida guarda estreita relação com o financiamento inflacionário do déficit público.

**QUESTÃO 48**

O Banco Mundial, uma das principais organizações internacionais do sistema financeiro internacional, é a maior fonte mundial de assistência para o desenvolvimento, disponibilizando cerca de US\$ 30 bilhões anuais em empréstimos para os países clientes. O banco utiliza esses recursos financeiros e a sua base de conhecimentos para ajudar os países em desenvolvimento a seguirem uma trilha de crescimento estável, sustentável e equitativo. Acerca do conjunto de organizações que formam esse banco, julgue os itens a seguir.

- ❶ O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) proporciona empréstimos e assistência para o desenvolvimento a países de rendas médias com bons antecedentes de crédito. O poder de voto está vinculado às subscrições de capital de cada membro, que, por sua vez, estão embasadas no poder econômico relativo de cada país. O BIRD levanta grande parte dos seus fundos por meio da venda de títulos nos mercados internacionais de capital.
- ❷ A Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) desempenha um papel importante na missão do banco, que é a redução da pobreza. A assistência da AID concentra-se nos países mais pobres, aos quais proporciona empréstimos sem juros e outros serviços. A AID depende das contribuições dos seus países-membros mais ricos e de alguns países em desenvolvimento para levantar a maior parte dos recursos financeiros.
- ❸ A Corporação Financeira Internacional (IFC) promove o crescimento no mundo em desenvolvimento mediante o financiamento de investimentos do setor privado e a prestação de assistência técnica e de assessoramento aos governos e empresas. Em parceria com investidores privados, a IFC proporciona tanto empréstimos quanto participação acionária em negócios nos países em desenvolvimento.
- ❹ A Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI) ajuda a estimular investimentos estrangeiros nos países em desenvolvimento por meio de garantias a investidores estrangeiros contra prejuízos causados por riscos não-comerciais. A AMGI também proporciona assistência técnica para ajudar os países a divulgarem informações acerca de oportunidades de investimentos.
- ❺ O Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI) proporciona instalações para a resolução, mediante conciliação ou arbitragem, de disputas referentes a investimentos entre investidores estrangeiros e os seus países anfitriões.

**QUESTÃO 49**

A Lei n.º 10.464, de 24/5/2002, estabeleceu a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ou de outras fontes de recursos, por agricultores familiares, mini e pequenos agricultores, suas associações e cooperativas, modificando regras do financiamento agrícola no país. Com relação aos mecanismos previstos nessa lei, julgue os itens abaixo.

- ❶ Prevêem-se a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas ao abrigo do PROCERA, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até 31/12/2004, com repactuação, pelo prazo de até trinta anos, tomando-se o saldo devedor atualizado pelos encargos pactuados para situação de normalidade até a data da repactuação, incorporando-se os juros de 1,15% ao ano, calculando-se prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em janeiro de 2005.
- ❷ É permitida a individualização das operações coletivas ou grupais ao amparo do PROCERA, exceto as realizadas por associações e cooperativas, para possibilitar o atendimento a cada mutuário isoladamente.
- ❸ Há a possibilidade de renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural de investimento contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste ou equalizados pelo Tesouro Nacional, no valor originalmente financiado de até R\$ 300.000,00, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem segundo as regras contratuais, até 31/12/2004, observadas as condições estabelecidas na própria lei.
- ❹ Admite-se a conversão das operações para o âmbito do fundo constitucional respectivo, mantendo-se integralmente as condições financeiras do PRONAF, com absorção dos respectivos ônus pelo fundo constitucional, para os financiamentos concedidos a agricultores familiares que sejam lastreados por recursos de outras fontes que não os fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no caso de frustração de safra por fenômenos climáticos em municípios decretados em situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do governo federal.
- ❺ Os gestores dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão autorizados a conceder bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até o vencimento, nas proporções e condições explicitadas, no caso de operações de crédito ao setor rural ao amparo de recursos desses fundos, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até 31/12/2004.

**QUESTÃO 50**

A partir de meados de 1994, o Brasil vem convivendo com um imposto sobre movimentações financeiras. Na sua versão corrente, vigente desde janeiro de 1997, o tributo é denominado de Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF). Originariamente concebido como tendo caráter transitório, que foi ou está sendo abandonado, verifica-se que sua alíquota sofreu algumas majorações, variando de 0,2% até o nível atual, de 0,38%. A respeito dos impactos da CPMF sobre a intermediação financeira, julgue os seguintes itens.

- ❶ Não provocou desintermediação financeira, dada a não-ocorrência de queda na utilização de cheques e na base de arrecadação da CPMF, quando sua alíquota foi progressivamente elevada.
- ❷ Provocou diminuição no volume de M1, embora de pequena magnitude.
- ❸ Provocou aumento das aplicações em depósito a prazo e diminuição das aplicações em fundos financeiros.
- ❹ Afeta positivamente as taxas de juros relevantes para as tomadas de decisões do setor não-bancário.
- ❺ Afeta positivamente a rentabilidade dos tomadores e negativamente a dos aplicadores do sistema financeiro.

**QUESTÃO 51**

A legislação brasileira permite, em circunstâncias específicas, a abertura e a movimentação de contas em moedas estrangeiras, no país. Com relação às regras às quais essas contas estão sujeitas, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Tais contas somente podem acolher em depósito o valor em moeda estrangeira equivalente aos reais recebidos pela venda de petróleo, gás natural ou energia elétrica, deduzidos os valores relativos ao custeio da atividade, aos impostos devidos e demais despesas a serem satisfeitas no país.
- ❷ Os saques sobre as contas não podem ser efetuados para remessa ao exterior em pagamento dos compromissos consignados em certificados de registro emitidos pelo BACEN e nos demais contratos representativos de obrigações que, embora não-sujeitas à emissão desses certificados, integrem os projetos relacionados com prospecção, produção, exploração, processamento e transporte de petróleo e de gás natural e com a geração e transmissão de energia elétrica.
- ❸ Os recursos existentes nas contas não podem ser livremente aplicados no mercado internacional, a exclusivo critério do titular, observado que, na hipótese de perdas nas aplicações efetuadas, é vedada a recomposição do saldo a partir de novas aquisições de moeda estrangeira com recursos das receitas internas em reais e, na hipótese de haver ganhos nas aplicações efetuadas, o rendimento correspondente compõe o saldo do principal, dispensado o respectivo ingresso no país.
- ❹ Os extratos de movimentação das contas e os demonstrativos dos valores remissíveis ao exterior devem ser arquivados para apresentação ao BACEN, quando solicitados.
- ❺ As contas em moedas estrangeiras abertas em bancos autorizados a operar em câmbio no país, tituladas por embaixadas, delegações estrangeiras e organismos internacionais reconhecidos pelo governo brasileiro são movimentadas exclusivamente com recursos em moeda estrangeira, sendo vedada a ocorrência de saldos devedores.

**QUESTÃO 52**

No referente às patentes, julgue os itens abaixo.

- ❶ A patente somente poderá ser requerida pelo autor, em seu nome, enquanto vivo; após seu falecimento, seus herdeiros ou sucessores podem requerê-la.
- ❷ O direito de obter a patente sobre um invento pertence a quem primeiro elaborar a invenção ou o modelo de utilidade.
- ❸ Em regra, para que seja patenteável, a invenção deve atender aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- ❹ Para que um modelo de utilidade seja patenteável, deve atender aos requisitos de novidade, atividade inventiva, aplicação industrial e habilitação profissional específica para o autor.
- ❺ Descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos não são considerados invenção nem modelo de utilidade pela lei de patentes.

**QUESTÃO 53**

No que concerne às classificações das marcas previstas na Lei da Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/1996), julgue os itens que se seguem.

- ❶ Marca de produto ou serviço é aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de mesma origem.
- ❷ Marca de certificação é aquela utilizada para atestar a conformidade de um produto ou serviço a determinadas normas ou especificações de *marketing*.
- ❸ Marca coletiva é aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade.
- ❹ À marca de alto renome, independentemente de ser registrada no Brasil, será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade.
- ❺ Independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil, a marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade goza de proteção especial, podendo o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) indeferir de ofício pedido de registro de marca que a reproduza ou imite, no todo ou em parte.

**QUESTÃO 54**

A sociedade por quotas de responsabilidade limitada ou, simplesmente, sociedade limitada surgiu da necessidade de atendimento dos interesses de pequenos e médios empreendedores, que queriam valer-se, na exploração da atividade econômica, da limitação da responsabilidade, como também ter simplificadas as exigências legais relativas ao funcionamento da sociedade. Tendo presente que extraordinária é a responsabilidade decorrente de atos praticados com violação das regras societárias, com violação da lei ou por excesso de mandato, julgue os seguintes itens.

- ❶ Integralizado o capital social, em caso de falência da sociedade, os sócios não respondem, por qualquer outra obrigação, com seu patrimônio.
- ❷ Em caso de falência, todos os sócios têm responsabilidade solidária pelo total que deveria ser integralizado. Em tais casos, a ação para a integralização das quotas que os sócios faltosos subscreveram para o capital pode ser proposta antes mesmo de vendidos os bens da sociedade e apurado o seu ativo, sem necessidade de provar-se a insuficiência deste para o pagamento do passivo, ou seja, a responsabilidade dos sócios pela integralização do total do capital social subscrito é solidária entre eles e para com a sociedade.
- ❸ A retirada dos fundos conferidos para a formação do capital social pelo sócio de responsabilidade limitada, até dois anos anteriores à falência, enseja a obrigação de devolver tais fundos, em consequência das obrigações contraídas até a data da retirada, que será a do registro da alteração societária, salvo se os credores tiverem consentido expressamente tal retirada.
- ❹ A responsabilidade da sociedade é limitada ao total do capital social subscrito pelos sócios, cujas quotas ainda não foram liberadas.
- ❺ Os sócios-gerentes ou que derem nome à firma não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade, mas respondem para com esta e para com terceiros solidária e ilimitadamente pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação do contrato ou da lei.

**QUESTÃO 55**

Acerca das sociedades comerciais, considerando a legislação em vigor e as lições doutrinárias, julgue os itens subsequentes.

- ❶ As sociedades irregulares não têm legitimidade ativa para o pedido de falência de suas devedoras.
- ❷ Os sócios, nas sociedades em nome coletivo, respondem de modo solidário entre si, pelas obrigações sociais, subsidiariamente ao patrimônio social e de forma ilimitada.
- ❸ As sociedades em comandita simples são compostas por sócios de duas categorias: sócios comanditados, responsáveis solidários de forma ilimitada pelas obrigações sociais e de forma subsidiária ao patrimônio social, e sócios comanditários, responsáveis pela integralização do capital prometido, com responsabilidade proporcional ao passivo da sociedade.
- ❹ Nas sociedades em conta de participação, os sócios ocultos não mantêm qualquer vínculo jurídico com os credores, e os sócios ostensivos são responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, de forma subsidiária ao patrimônio social.
- ❺ As sociedades por quotas de responsabilidade limitada podem usar firma ou denominação e a gerência pode ser exercida por qualquer sócio, sendo que, na falta de menção no contrato social, todos os sócios a exercem.

**QUESTÃO 56**

As sociedades anônimas, como qualquer pessoa jurídica, manifestam-se por intermédio de seus órgãos. A respeito desse tema e com base na Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações posteriores, julgue os itens abaixo.

- ❶ O conselho de administração, órgão colegiado, é necessário nas companhias abertas e nas que adotem o regime de capital autorizado e tem competência privativa para deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas.
- ❷ O conselho fiscal é órgão necessário e permanente, mas de funcionamento facultativo, composto de, no mínimo, cinco acionistas, eleitos pelo conselho de administração.
- ❸ Compete privativamente à assembléia geral eleger a diretoria, órgão decisório colegiado, devendo o estatuto estabelecer o prazo de gestão dos diretores, que não será superior a três anos, vedada a reeleição.
- ❹ O estatuto da sociedade poderá prever a participação de representantes dos empregados, no conselho de administração, onde houver, por meio de eleição organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representem.
- ❺ Compete ao conselho de administração, se houver, ou aos diretores, observado o disposto no estatuto da companhia, convocar a assembléia geral. Ao conselho fiscal é atribuída a competência para convocar a assembléia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem, por mais de um mês, a referida convocação.

**QUESTÃO 57**

No que diz respeito às operações que envolvem sociedades anônimas, regulamentadas pela Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações posteriores, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Com a fusão, as sociedades fusionadas extinguem-se e a nova sociedade surgida sucede àquelas em todos os direitos e obrigações.
- ❷ Transformação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.
- ❸ Se a cisão da sociedade importar a completa transferência do patrimônio, a sociedade cindida é extinta.
- ❹ Na transformação, uma dada cláusula específica do estatuto da companhia que autoriza a mudança de tipo societário por vontade da maioria dos sócios é nula, uma vez que a unanimidade societária é indispensável.
- ❺ Na incorporação, o credor da pessoa jurídica extinta exerce o direito de crédito contra a incorporadora.

**QUESTÃO 58**

Com relação às sociedades anônimas, a Lei n.º 6.404/1976, com as alterações posteriores, possibilita o recesso ao acionista dissidente de determinadas deliberações da companhia, recebendo o valor de suas ações. A respeito desse tema, julgue os itens a seguir.

- ❶ O reembolso do valor poderá ser exercido ainda que o titular das ações abstenha-se de votar contra a deliberação.
- ❷ É facultado à companhia reconsiderar a deliberação e evitar o recesso.
- ❸ O prazo decadencial para reclamar o reembolso do valor das ações é de 120 dias, contados da deliberação contestada.
- ❹ Em casos de fusão ou incorporação de sociedades, o recesso pode ser negado ao acionista dissidente.
- ❺ É vedado o recesso se a cisão da sociedade implicar mudança de objeto social ou redução do dividendo obrigatório.

**QUESTÃO 59**

No tocante às microempresas e às empresas de pequeno porte, mais especificamente às sociedades de garantia solidária, julgue os itens que se seguem.

- ❶ São constituídas sob a forma de sociedade anônima ou sociedade por quotas de responsabilidade limitada.
- ❷ Têm por fim a concessão de garantia e de crédito a seus sócios participantes, mediante a celebração de contratos.
- ❸ Os sócios investidores são necessariamente pessoas jurídicas.
- ❹ Os sócios participantes são exclusivamente microempresas e empresas de pequeno porte.
- ❺ O ato constitutivo deve estabelecer proibição de que as ações dos sócios participantes sejam oferecidas como garantia de qualquer espécie.

**QUESTÃO 60**

Acerca da sentença declaratória da falência, tendo em conta a legislação em vigor e as lições doutrinárias, julgue os seguintes itens.

- ❶ O juiz, na sentença, deve, se possível, fixar o termo legal, designando a data em que se tenha caracterizado a falência. O juiz pode modificar o termo legal ou deixar de indicá-lo na sentença, desde que o faça até o oferecimento da exposição do síndico da falência.
- ❷ Inexistindo protesto por falta de pagamento, o termo legal é contado do despacho do juiz no requerimento inicial da falência.
- ❸ O termo legal pode ser superior a sessenta dias, se o objetivo for alcançar negócio que tornou o falido insolvente.
- ❹ Em casos de falência declarada em pedido de concordata preventiva, o termo legal é contado da distribuição do pedido.
- ❺ O juiz, na sentença, poderá determinar tudo o que seja conveniente, útil ou necessário aos interesses da massa, desde que haja pedido nesse sentido.

**QUESTÃO 61**

Nos termos estabelecidos na Lei de Falências e conforme as lições da doutrina acerca da ação revocatória falencial, julgue os itens seguintes.

- ❶ O síndico é o sujeito ativo para propor a ação revocatória, com exclusividade, até trinta dias seguintes ao aviso de início da liquidação.
- ❷ Um dos objetivos da ação revocatória é anular os atos praticados pelo falido após a quebra que, de algum modo, prejudicaram os interesses dos credores.
- ❸ A ineficácia, em relação à massa, da alienação realizada pelo falido, reconhecida em sede de ação revocatória, pressupõe má-fé do terceiro adquirente.
- ❹ A ação revocatória deve ser proposta até um ano, a contar da data da publicação do aviso de início da liquidação, sendo o referido prazo decadencial.
- ❺ O juízo competente para a ação revocatória é o da falência.

**QUESTÃO 62**

Uma das principais conseqüências da falência é a perda, pelo falido, da administração de seus bens. Acerca da administração da falência, considerando a legislação em vigor e as lições doutrinárias, julgue os itens abaixo.

- ❶ Pode a incumbência da guarda dos bens arrecadados recair sobre terceiro, que não o síndico da falência.
- ❷ O síndico da falência, administrador dos bens do falido, tanto pode ser pessoa natural como pessoa jurídica.
- ❸ A critério do síndico, os bens arrecadados de fácil deterioração poderão ser vendidos no curso da falência, independentemente da manifestação judicial.
- ❹ Somente após a recusa sucessiva de cinco credores nomeados para síndico, o juiz poderá nomear pessoa estranha à falência.
- ❺ Parentes do falido, até o terceiro grau, não podem servir como síndico da falência.

**QUESTÃO 63**

No que se refere à legislação em vigor e às lições doutrinárias sobre a concordata, julgue os itens a seguir.

- ❶ A concordata remissória tem por fim a redução do valor da dívida.
- ❷ Nas sociedades anônimas, a autorização para impetrar a concordata preventiva compete à assembléia geral.
- ❸ As instituições financeiras não podem impetrar a concordata preventiva.
- ❹ Para requerer a concordata preventiva, a sociedade empresária tem que ter ativo superior a 60% de seu passivo.
- ❺ Na concordata preventiva, o síndico administra os bens do concordatário.

**QUESTÃO 64**

Com referência à legislação em vigor, às lições doutrinárias e à jurisprudência sobre a concordata, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O comerciante interdito tanto pode pedir a reabilitação quanto pode impetrar a concordata.
- ❷ As empresas de transporte aéreo e as de infra-estrutura aeronáutica podem impetrar a concordata.
- ❸ O curador da massa é parte ilegítima para recorrer da sentença que concede a concordata.
- ❹ As sociedades em conta de participação e as irregulares podem impetrar concordata.
- ❺ O pagamento antecipado feito a um dos credores em prejuízo dos outros enseja a ação rescisória da sentença que concede a concordata.

**QUESTÃO 65**

Ainda com relação à legislação em vigor, às lições doutrinárias e à jurisprudência sobre a concordata, julgue os itens subsequentes.

- ❶ A concordata não suspende as ações e execuções por créditos quirografários.
- ❷ No curso da concordata, o juiz pode, de ofício, decretar a falência.
- ❸ É prerrogativa do concordatário transferir a outrem as responsabilidades e os encargos de sua posição no processo concursal.
- ❹ O não-pagamento da remuneração do comissário sujeita o concordatário à falência.
- ❺ Nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, faz-se necessário o consentimento unânime dos sócios para o pedido de concordata suspensiva.

**QUESTÃO 66**

Acerca dos crimes falimentares, julgue os seguintes itens.

- ❶ O crime falimentar pode ser punido a título de dolo eventual, quando o agente assumiu o risco de resultado lesivo.
- ❷ Com a declaração da quebra, o ilícito penal, previsto na lei falimentar, é atraído para a competência do juízo falimentar.
- ❸ A prescrição extintiva da punibilidade de crime falimentar ocorre em dois anos, ou em cinco anos, a contar, respectivamente, da data em que transitou em julgado a sentença que encerrar a falência ou que julgar cumprida a concordata.
- ❹ Aos crimes falimentares é inaplicável a regra da co-autoria.
- ❺ O perito que, direta ou indiretamente, adquire bens da massa comete crime próprio.

**QUESTÃO 67**

Ainda acerca dos crimes falimentares, julgue os itens seguintes.

- ❶ O empresário individual ou societário que promove a sucessiva reforma de títulos de crédito para obter recursos e retardar a declaração da quebra, ainda que a falência não ocorra, comete crime falimentar.
- ❷ À emissão de cheques sem fundos pelo falido aplica-se a regra do concurso material.
- ❸ Aplica-se a regra do concurso formal se com a falência ocorrer adulteração de livro mercantil.
- ❹ Na ocorrência das hipóteses legalmente capituladas como crimes falimentares, o juiz pode decretar a prisão preventiva do agente.
- ❺ A interdição do exercício do comércio é conseqüência da condenação por crime falimentar.

**QUESTÃO 68**

A respeito dos contratos mercantis, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Desconto bancário é o contrato real pelo qual o banco descontador antecipa ao cliente descontário o valor do crédito que este detém perante terceiro, permanecendo o cliente como garantidor do crédito cedido.
- ❷ O contrato de depósito bancário é uma operação bancária ativa na qual o depositante entrega valores monetários ao banco, que se obriga a restituí-los ou entregá-los a terceiros, quando solicitado.
- ❸ O contrato de mútuo bancário é uma operação bancária passiva na qual o banco empresta certa quantia em dinheiro ao cliente mutuário, que fica, assim, obrigado a restituí-la, com os acréscimos devidos, no prazo contratado.
- ❹ Crédito documentário é o contrato bancário pelo qual o depositante autoriza o banco a investir, no todo ou em parte, os valores mantidos em conta-corrente.
- ❺ Por meio do *vendor*, o contratante colaborador é afiançado pelo banco, que paga ao fornecedor à vista o valor das vendas feitas ao colaborador e cobra deste último a prazo e com os devidos acréscimos remuneratórios.

**QUESTÃO 69**

Na exploração da atividade econômica a que se dispõe, o empresário celebra diversos tipos de contrato. A respeito dos contratos mercantis, julgue os itens a seguir.

- ❶ Fomento mercantil é o contrato pelo qual um empresário, denominado faturizador, presta a outro, denominado faturizado, serviços de administração do crédito concedido e garante o pagamento das faturas existentes.
- ❷ A locação marcada pela prerrogativa conferida ao locatário (arrendatário) de, findo o contrato, optar pela compra do bem locado, mediante preço residual, denomina-se arrendamento mercantil.
- ❸ Franquia empresarial é o contrato pelo qual o franqueador cede ao franqueado, de modo definitivo, o direito de uso de marca ou patente relativo ao produto ou serviço, mediante remuneração e mantendo vínculo empregatício.
- ❹ Resseguro é a multiplicidade de contratos de seguro sobre o mesmo bem, sendo que os valores segurados não podem ultrapassar o valor do bem.
- ❺ Alienação fiduciária em garantia é o contrato pelo qual o mutuário-fiduciante, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas, aliena ao mutuário-fiduciário a propriedade de um bem integrante de seu patrimônio.

**QUESTÃO 70**

Nome empresarial e marca não se confundem. Enquanto aquele presta-se a identificar o sujeito de direito, esta identifica produtos e serviços. Acerca das regras protetivas dispensadas ao nome empresarial e à marca, julgue os itens abaixo.

- ❶ O direito de utilização exclusiva do nome empresarial vigora por prazo certo.
- ❷ O âmbito territorial da proteção conferida pelas juntas comerciais não se restringe aos limites do estado a que ela pertence.
- ❸ A proteção ao nome empresarial decorre da inscrição da firma individual, ou do arquivamento do ato constitutivo da sociedade, na junta comercial.
- ❹ O nome empresarial tem sua proteção restrita ao ramo de atividade econômica a que pertence.
- ❺ A tutela conferida à marca devidamente registrada estende-se a todo o território nacional.

**QUESTÃO 71**

Acerca da propriedade industrial, e com base na legislação em vigor e nas lições doutrinárias, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A patente refere-se a duas modalidades de concessão: a invenção e o modelo de utilidade.
- ❷ O pedido de patente originário do Brasil e cujo objeto interesse à defesa nacional será processado em caráter sigiloso e não será sujeito às publicações previstas na lei que regula direitos e obrigações relativos à propriedade.
- ❸ Os programas de computadores ora se enquadram no conceito de invenção, ora no de modelo de utilidade.
- ❹ Se dois ou mais autores tiverem realizado a mesma invenção ou o mesmo modelo de utilidade, de forma independente, o direito de obter patente será assegurado àquele que provar a data de invenção ou criação mais antiga, independentemente da data do depósito.
- ❺ Métodos terapêuticos para aplicação no corpo humano estão legalmente incluídos entre os modelos de utilidade.

**QUESTÃO 72**

Ainda acerca da propriedade industrial e com base na legislação em vigor e nas lições doutrinárias, julgue os seguintes itens.

- ❶ Concedida a patente, seu titular poderá utilizá-la pelo período de vinte anos, em se tratando de invenção, e pelo período de quinze anos, em se tratando de modelo de utilidade.
- ❷ A propriedade do privilégio é transferível, sendo possível, a pedido do titular da patente ou de seu licenciado, que o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) seja utilizado como instrumento para oferecimento da licença.
- ❸ A falta de uso integral do processo patentado sujeita o titular a ter a patente licenciada compulsoriamente.
- ❹ O registro dos desenhos industriais extingue-se pela expiração do prazo de vigência.
- ❺ O direito industrial brasileiro não impede a patente de microrganismos transgênicos.

**QUESTÃO 73**

Sobre a ordem econômica, entendida como conjunto de normas jurídicas que disciplinam as atividades econômicas de um determinado Estado, julgue os itens abaixo.

- ❶ Todas as Constituições brasileiras, desde a primeira, de 1824, dedicaram título específico à “ordem econômica e social”, sendo que a Constituição atual, de 1988, consagra o título VII à “ordem econômica e financeira”.
- ❷ Considerando que a atual Constituição da República estabelece a competência exclusiva da União para legislar sobre direito econômico, outras pessoas políticas, além da União, não podem instituir normas sobre a ordem econômica.
- ❸ No Brasil, o ordenamento jurídico econômico tem como fundamentos a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa.
- ❹ A Constituição da República, no inciso I do art. 170, prevê a soberania nacional como um dos princípios gerais da atividade econômica, repetindo o disposto no art. 1.º, inciso I, segundo o qual a soberania constitui fundamento da República Federativa do Brasil.
- ❺ No Brasil, um dos princípios gerais de atividade econômica é o da defesa do meio ambiente.

**QUESTÃO 74**

Julgue os itens seguintes, relativos aos crimes contra a ordem econômica e contra as relações de consumo.

- ❶ Constitui crime contra a ordem econômica vender mercadorias abaixo do preço de custo, a fim de impedir a concorrência.
- ❷ A elevação do preço de serviço, sem justa causa, valendo-se de posição dominante no mercado, constitui contravenção contra a ordem econômica.
- ❸ Os crimes contra a ordem econômica são de ação penal pública.
- ❹ Constitui crime contra as relações de consumo elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais.
- ❺ Para efeito de punição, não faz diferença se um crime contra as relações de consumo foi cometido por servidor público no exercício de suas funções.

**QUESTÃO 75**

A respeito da intervenção direta do Estado no domínio econômico, ou exploração estatal de atividades econômicas, julgue os itens que se seguem.

- ❶ De acordo com a Constituição da República, apenas em caráter excepcional ocorrerá a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, tendo em vista que, salvo os casos previstos pela própria Constituição, tal exploração só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou em caso de relevante interesse coletivo, conforme definição da lei.
- ❷ A exploração direta de atividade econômica constitui matéria reservada à competência exclusiva da União.
- ❸ Os instrumentos da exploração estatal de atividade econômica são as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
- ❹ A Constituição da República prevê áreas em que a exploração direta de atividade econômica pela União é feita por meio de monopólios.
- ❺ As empresas públicas e as sociedades de economia mista, ao explorarem serviços públicos, poderão gozar de privilégios fiscais.

**QUESTÃO 76**

Relativamente à intervenção indireta do Estado no domínio econômico, ou normatização e regulação estatal da atividade econômica, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A atuação do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica compreende as funções de fiscalização, incentivo e planejamento.
- ❷ A intervenção indireta no domínio econômico constitui matéria de competência concorrente de todas as pessoas políticas.
- ❸ O planejamento é determinante, tanto para o setor público, quanto para o setor privado.
- ❹ Por ser o instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana, o plano diretor é obrigatório para todas as cidades.
- ❺ Leis internas infraconstitucionais que disponham sobre a ordenação do transporte internacional prevalecerão sobre os acordos internacionais anteriormente firmados pela União.

**QUESTÃO 77**

Julgue os itens a seguir, concernentes à defesa da concorrência.

- ❶ Em matéria de defesa da concorrência, a competência internacional da jurisdição brasileira é determinada de acordo com o critério do lugar de domicílio ou de residência do acusado.
- ❷ O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é competente, *ratione materiae*, para conhecer de questões privadas.
- ❸ Ainda que para beneficiar o representado, a legislação de defesa da concorrência não retroage.
- ❹ As leis de defesa da concorrência, dada a sua natureza repressiva, hão de ser interpretadas restritivamente.
- ❺ Em determinadas situações, previstas em lei, a personalidade jurídica do responsável por infração da ordem econômica poderá ser desconsiderada.

**QUESTÃO 78**

Relativamente à proteção e defesa do consumidor, julgue os itens abaixo.

- ❶ A Constituição vigente estabelece a defesa do consumidor como um dos princípios gerais da atividade econômica.
- ❷ A Política Nacional das Relações de Consumo há de ser realizada atendendo ao princípio do reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.
- ❸ Não poderão ser postos no mercado de consumo produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança do consumidor.
- ❹ Cabe a quem alega provar ser inverídica ou incorreta informação ou comunicação publicitária.
- ❺ Salvo hipótese de engano justificado, o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito a repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais.

**QUESTÃO 79**

Relativamente à execução judicial das decisões do CADE, julgue os seguintes itens.

- ❶ Constitui título executivo extrajudicial a decisão do plenário do CADE que comine multa ou imponha obrigação de fazer ou não fazer.
- ❷ A execução para cobrança de multa pecuniária é regida por resolução do CADE e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil, devendo ser promovida pela procuradoria da autarquia.
- ❸ A execução das decisões do CADE será promovida obrigatoriamente na Justiça Federal do Distrito Federal.
- ❹ A execução poderá ser feita, inclusive, se considerada necessária, mediante intervenção na empresa.
- ❺ O processo de execução das decisões do CADE não goza de preferência em relação a nenhuma espécie de ação.

**QUESTÃO 80**

A secretaria de fazenda de um estado da federação baixou uma norma determinando aos seus auditores tributários que, nos casos em que se constate indícios de simulação fiscal, alegando caracterizar crime contra a ordem tributária, praticado por meio de fraude na operação mercantil, desconsiderem a forma jurídica original lastreadora da operação, para cobrar o tributo sobre o fato econômico subjacente.

Acerca dessa situação hipotética e do Código Tributário Nacional (CTN), julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O CTN, calcado nos princípios constitucionais, ao dispor que “a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária”, adotou, por fim, a interpretação econômica do direito tributário.
- ❷ Compete ao fisco julgar se houve ou não caso de sonegação fiscal na esfera administrativa, mediante procedimento regular, concedendo o direito de defesa ao contribuinte, garantido pela Constituição da República.
- ❸ A fraude fiscal verificada nem sempre será considerada como crime praticado contra a ordem tributária, o que dependerá de uma análise do fato, pelo órgão competente, sobre se houve a prática de algum tipo penal descrito como crime.
- ❹ O art. 116, parágrafo único, do CTN não tem aplicação imediata, de acordo com o majoritário entendimento da doutrina.
- ❺ O art. 116, parágrafo único, do CTN ficou conhecido na doutrina como Cláusula Geral Antielisiva, pois possui conceito jurídico indeterminado que procura combater a chamada elisão ilícita, que nada mais é do que a própria simulação fiscal.